

Constituição de “sentidos” e “subjetividades”: aproximações entre Vygotsky e Bakhtin

*Constitution to “Meaning” and
“Subjective”: Approaches Between
Vygotsky and Bakhtin*

João Paulo Pereira Barros

Resumo

Este artigo objetiva discutir os processos de constituição de sentidos a partir de aproximações entre as perspectivas de Vygotsky e Bakhtin, bem como de que forma tais aproximações permitem a compreensão dos processos da constituição de subjetividade. Para isso, apresenta-se a tese de que o “sentido” é um acontecimento semântico particular constituído dialogicamente nas relações sociais, nas quais uma gama de signos é posta em jogo, permitindo a emergência de processos de singularização em uma trama histórica e cultural. Sobre a constituição da subjetividade, por meio da problematização da dicotomia individual-social fomentada por esses autores, sustenta-se a concepção de que o sujeito é uma forma de sociabilidade qualitativamente diferenciada. Salientam-se, por fim, que essas interlocuções são um caminho promissor para que a subjetividade seja concebida como um processo polissêmico e polifônico.

Palavras-chave

Linguagem; sentidos; subjetividade.

Abstract

This article aims to discuss the processes of constitution of meaning from the perspectives of similarities between Vygotsky and Bakhtin, as well as how these approaches allow understanding of the processes of the constitution of subjectivity. For this, we present the thesis that the “sense” is a particular semantic event consists dialogically in social relations, in which a range of signs is brought into play, allowing the emergence of processes of individualization in a historical and cultural fabric. On the constitution of subjectivity, by questioning the individual-social dichotomy fostered by these authors, supports the conception of the subject is a qualitatively different form of sociability. There are signs, finally, that these dialogues are a promising avenue for that subjectivity is conceived as a polysemic and polyphonic.

Keywords

Language; meaning; subjectivity.

**João Paulo Pereira
Barros**

**Universidade Federal do
Ceará**

Psicólogo, Mestre em Psicologia
e Doutorando em Educação
Brasileira pela Universidade
Federal do Ceará (UFC);
Especialista em Saúde Mental
pela Universidade Estadual do
Ceará (UECE).

jppbarros@yahoo.com.br

Introdução

Lev Vygotsky e Mikhail Bakhtin produziram reflexões que provocaram mudanças radicais nos modos de compreensão da condição humana hegemônicos nas primeiras décadas do século XX. Vários pontos de interface entre as abordagens teóricas dos dois autores são destacados em diversos trabalhos (JOBIM E SOUZA, 1994; FREITAS, 1996; COLAÇO, 2001).

Em primeiro lugar, os dois construíram suas respectivas perspectivas sob a inspiração do materialismo histórico-dialético, estabelecendo o plano culturalmente constituído da sociabilidade humana como ponto fulcral para a tematização da consciência. Com efeito, tanto um quanto o outro, apesar de, em muitos momentos, versarem sobre temas diferentes, contrapuseram-se a correntes objetivistas e subjetivistas, seja no âmbito da Psicologia, no caso de Vygotsky (1999), seja no âmbito dos estudos da linguagem, no caso de Bakhtin (2002).

Vygotsky (1999), por exemplo, em seus estudos sobre a situação da psicologia nas décadas de vinte e trinta do século passado, salientava que as correntes existentes dividiam-se em duas orientações opostas. A primeira delas tinha um enfoque causal e explicativo, a partir do qual “o estudo da psique e da conduta só podia estabelecer-se desde o ponto de vista natural, como um processo da natureza”¹ (VYGOTSKY, 1995 [1931], p.53). A outra corrente tinha um enfoque idealista, pressupondo haver “uma diferença radical entre a natureza física e a existência psíquica” (VYGOTSKY, 1996 [1927], p. 377), o que implicava que os processos propriamente humanos não poderiam ser estudados objetivamente. Por isso, tal psicologia lançava mão de um método mentalista que “não tende à explicação, mas à descrição e compreensão” do comportamento (VYGOTSKY, 1996 [1927], p. 339).

Para Vygotsky (1999), tal dualismo era o vetor do que chamava de Crise da Psicologia, pois os enfoques naturalista e idealista mostravam-se incapazes de explicar as funções psicológicas especificamente humanas - as Funções Psicológicas Superiores (FPS) -, tais como a memória, a atenção voluntária, a imaginação criativa, o pensamento conceitual e a vontade provisora.

Já Bakhtin (2002), em meio a suas investigações sobre que respostas a Filosofia e a Linguística do início do século XX davam aos processos relativos à linguagem, teceu críticas às duas principais correntes filosófico-linguísticas que identificou, as quais chamou de objetivismo abstrato e subjetivismo idealista. Segundo Bakhtin, o objetivismo abstrato supunha uma objetividade da língua e a dicotomizava de seu contexto real, preocupando-se, por isso, principalmente em decodificá-la. Era, pois, a linguagem, de acordo com essa corrente, um sistema de formas abstrato. Enquanto isso, o fenômeno linguístico era visto à luz do subjetivismo individualista como uma criação individual tão-somente, o que tornava a linguagem um processo monológico (FREITAS, 1996).

Nesse esforço de problematizar perspectivas objetivistas e subjetivistas ao longo da construção de suas ideias, Vygotsky e Bakhtin notabilizam-se em seus campos por situarem as relações sociais como constituintes do funcionamento humano e como princípio explicativo deste funcionamento. As pontuações acerca do caráter social do psiquismo são, aliás, um dos pilares de sua Perspectiva Histórico-Cultural do psiquismo.

Foi a partir dessas considerações que Vygotsky deslocou “o foco da análise psicológica do campo biológico para o campo da cultura” (SIRGADO, 2000, p. 12). Mais precisamente, Vygotsky apontou, de uma forma geral, a existência de uma linha de desenvolvimento cultural na constituição da espécie humana, e, de modo particular, a importância do mesmo desenvolvimento cultural na formação de cada indivíduo. Vygotsky e Luria

1

Todas as citações de Vygotsky (1995 [1931]), assim como as de Vygotsky e Luria (2007), trazidas neste artigo, foram traduzidas pelo autor.

(2007, p. 51) salientam, pois, que “o comportamento do homem é o produto do desenvolvimento de um sistema mais amplo de vínculos e relações sociais, de formas coletivas de conduta e de co-operação social”.

Também a respeito da importância conferida às relações sociais na constituição humana, Bakhtin, ao tematizar a linguagem, centrava esforços no processo de enunciação e na interação verbal. Tanto é que, para esse autor, a enunciação e o ato de fala “não podem ser explicados somente a partir das condições do sujeito falante, mas também não podem dele prescindir. Tendo a enunciação uma natureza social, para compreendê-la seria necessário entender que ela se dá sempre numa interação” (FREITAS, 1996, p. 134).

Dessa maneira, dentro desse debate sobre as articulações entre os dois autores, este artigo tem o objetivo de discutir as seguintes questões: Como podemos compreender os processos de mediação semiótica e de constituição de sentidos a partir de aproximações entre as perspectivas vygotskyana e bakhtiniana? Como tais aproximações oferecem subsídios para a compreensão dos processos da constituição de subjetividade, tão caros às reflexões da psicologia na contemporaneidade?

Processos de mediação e produção de sentidos: enfoque na linguagem à luz de Vygotsky e Bakhtin.

O caráter mediado das funções psicológicas humanas era um aspecto que emergia de maneira recorrente nas discussões encampadas por Vygotsky. Do ponto de vista epistemológico, contribuíram para isso a afirmação da consciência como objeto de estudo da psicologia – tendo as relações sociais como princípio explicativo – e a incorporação de um método genético de investigação – pautado na historicidade dos processos psicológicos, à luz do método dialético (VYGOTSKY, 1999).

Em diversos textos (VYGOTSKY; LURIA, 1996, 2007; VYGOTSKY, 1994, 1995 [1931]), dois tipos de mediadores foram postos em pauta: os instrumentos – condutores e potencializadores da influência humana sobre os objetos – e os signos – meios auxiliares para a realização de operações mentais, proporcionando ao sujeito uma regulação da própria conduta e de condutas alheias (VYGOTSKY, 1996 [1927]).

Em dois dos trabalhos mais significativos para o assunto da mediação à luz da perspectiva histórico-cultural, ambos escritos na década de 20, Vygotsky e Luria (1996, 2007) salientaram que é a mediação semiótica que figura como aspecto decisivo para a complexificação do sistema de funções psicológicas humanas e para a análise de funções como a memória, o pensamento e a atenção, não só do ponto de vista filogenético, como também ontogenético. Epistemologicamente, segundo Pino (1991), o conceito de mediação semiótica é um elo entre os trabalhos de Vygotsky e de outros autores da perspectiva histórico-cultural do psiquismo. Isso porque esse conceito funciona como operador na articulação dos diferentes componentes de sua perspectiva teórico-metodológica, conferindo-lhe unidade, coerência lógica e fazendo avançar a ideia de que as funções psicológicas humanas se originam nas e pelas relações sociais.

O ponto diferencial da mediação simbólica pode ser compreendido se forem remontadas as críticas de Vygotsky e Luria (1996, 2007) às explicações do problema da inteligência prática vigentes no começo do século XX. Essas explicações são emblemáticas de como a dinâmica biológica ocupava, em muitos textos psicológicos, o *status* de princípio explicativo das funções psicológicas do ser humano.

Para Vygotsky e Luria (2007), as teorizações de autores como Kohler, Buhler, Breinard, dentre outros, apesar de idiossincráticas, convergiam por não darem conta das possíveis diferenciações entre as inteligências práticas da criança e de outros animais. Ao pressuporem a independência entre instrumento e signo no desenvolvimento infantil, essas teorizações, mesmo versando sobre a fala, desconsideravam a sua pertinência na deflagração de revoluções que implicavam não só a ampliação da inteligência prática, como também vultosas reconfigurações na estrutura, nos modos de operação e na inter-relação de funções psicológicas como a memória, a percepção, a atenção e o pensamento.

Preocupados em iluminar os traços especificamente humanos do comportamento infantil e em elucidar como esses traços se estabeleciam, Vygotsky e Luria (2007) postularam que a articulação entre instrumento e signo é um dos principais aspectos a considerar característico do comportamento humano, já que essa integração oportuniza o desenvolvimento da inteligência prática infantil, em função da emergência progressiva da atividade simbólica.

Ainda conforme Vygotsky e Luria (2007, p. 22), “desde o momento em que, com a ajuda da linguagem, começa a criança a dominar seu próprio comportamento e em seguida a apropriar-se da situação, surge uma forma totalmente nova de comportamento e novas formas de relação com o entorno”. Vygotsky e Luria (1996, 2007) realçaram a palavra como “signo por excelência” e, por conseguinte, como “o mais importante esquema de *mediação* do comportamento humano” (FREITAS, 1996, p. 99). Tal ênfase, assim, sugere a relevância da linguagem no desenvolvimento humano e, conseqüentemente, no escopo teórico da perspectiva histórico-cultural.

É que perspectiva sobre a linguagem atravessa as sistematizações vygotskyanas? Concernente a isso, Vygotsky abordou a linguagem não como um estado ou um sistema linguístico abstrato. Interessado na constituição das funções psicológicas humanas, a linguagem teoricamente servia a esse autor em seu aspecto funcional, portanto como formadora do sujeito. De tal modo que a linguagem emergia na perspectiva vygotskyana como constitutiva do ser humano, funcionando como organizadora e planejadora do pensamento e da conduta, além de ter uma função comunicativa. É por essa razão que, principalmente na década de 30, seus estudos se encaminharam, por exemplo, para a elucidação da relação dialética entre pensamento e linguagem.

Por sinal, Vygotsky (2001 [1934]), ao abordar essa relação que lhe parecia de grande valia para o estudo da consciência, tornou factível o papel constitutivo da linguagem. Na última frase de seu texto derradeiro, *Pensamento e Palavra*, Vygotsky (2001 [1934], p. 486) afirma, categoricamente, que “a palavra consciente é o microcosmo da consciência humana”. Em páginas anteriores desse mesmo texto, o autor salientara que “o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza” (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 409), o que respalda a ideia de que a linguagem “não é um simples reflexo especular da estrutura do pensamento” (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 412).

De modo semelhante aos aportes Vygotsky anos, em Bakhtin a linguagem emergia como um acontecimento interativo e dinâmico, e não como um sistema formal ou uma representação do pensamento. Bakhtin compreendia que a comunicação verbal deveria ser estudada em sua ligação com situações concretas. Desse modo, era insuficiente, para ele, o enfoque tão-somente em aspectos linguísticos da comunicação.

A partir desse ponto de vista, Bakhtin ressaltava a importância do aspecto contextual no estudo da linguagem, elegendo o enunciado como unidade de análise da investigação. Freitas (1996, p. 135) aponta que, de acordo com Bakhtin, “todo enunciado tem, pois, dois aspectos: o linguístico

que é reiterativo e se refere a um objeto pré-existente e o contexto que é único, tendo como referência nova enunciada”.

Assim como em Vygotsky, no pensamento de Bakhtin também ganharam relevo o caráter social dos signos e a sua relevante condição de matéria-prima da consciência. Em sua formulação a esse respeito, Bakhtin (2002, p.35) afirmou que a consciência seria um produto do signo, logo, da interação social, sendo, portanto, um “fato sócio-ideológico”.

Não obstante, o processo de mediação semiótica só pode ser suficientemente compreendido a partir da perspectiva teórica bakhtiniana se for abordada uma das categorias principais da sua concepção de linguagem: o dialogismo. A partir dessa concepção, esse autor estudou desde o discurso interior e a comunicação diária, até os gêneros de discurso e uma série de manifestações culturais (FREITAS, 1996).

De acordo com a perspectiva dialógica de Bakhtin, a relação entre enunciados não se subsume a situações de interações face-a-face, uma vez que “todo enunciado é um diálogo, desde a comunicação de viva voz entre duas pessoas, até as interações mais amplas entre enunciados” (FREITAS, 1996, p. 135). Com efeito, a apreciação crítica de uma enunciação supõe que várias vozes sociais, além das vozes dos interlocutores imediatos, inscrevem-se nos enunciados produzidos numa determinada interlocução (BAKHTIN, 2004).

Destarte, com base na perspectiva dialógica de Bakhtin, estudar a linguagem requer que não só o enunciado seja considerado, mas, sobretudo, sua exterioridade histórico-ideológica. Tanto é que Bakhtin (2002, p. 95) escreve que “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”.

Por conseguinte, tanto para a perspectiva histórico-cultural, quanto para a perspectiva dialógica de Bakhtin, o signo “atua como elemento mediador (funciona entre, remete a), operador (faz com que seja), conversor (transforma) das relações sociais em funções mentais” (SMOLKA; LAPLANE, 2005, p. 80).

É por isso que alguns autores que aproximam Vygotsky e Bakhtin afirmam que, nas obras de um e de outro, a linguagem não é um signo qualquer. “Eles a concebem como ‘trabalho’, como ‘atividade’, como ‘processo’, como ‘ação’ sobre o próprio homem, sobre os outros e sobre a cultura” (MORATO, 2000, p. 151). Isso, aliás, pode ser visto contundentemente quando Vygotsky (2000) indica ser a palavra sempre comando e quando Bakhtin desfaz a dicotomia entre linguagem e prática social.

Nas discussões trazidas até aqui, ficou patente a pertinência dos processos de significação na condição humana e nas relações sociais que lhe são concernentes. Vygotsky (1995 [1931]), ao ressaltar a significação como a atividade mais geral e fundamental do ser humano, define-a como criação e emprego de signos. Já Smolka (2004), a partir dos aportes Vygotsky anos, concebe tal processo não só como criação e emprego de signos, mas também como a construção de “sentidos”.

Assim, considerada essa ótica, a questão da produção de sentidos assume uma potência colossal para que a investigação psicológica busque sua compreensão sobre a condição humana. Então, como entender a produção de “sentidos” a partir da articulação entre a perspectiva dialógica apontada por Bakhtin e a teorização vygotskyana sobre a mediação semiótica?

Autores como Rey (2003), Góes e Cruz (2006) e Smolka (2004) apontam que o conceito de “sentido” é de suma importância dentro da perspectiva histórico-cultural. A emergência do conceito de “sentido” na história epistemológica das ideias vygotskyanas se deve aos esforços do

fundador da perspectiva histórico-cultural de explicar a especificidade da condição humana, enfatizando, para tanto, a historicidade e o caráter semioticamente mediado dos processos psicológicos humanos. Apesar dessa centralidade, os autores acima argumentam que ainda tem sido dada pouca ênfase a esse conceito e aos seus desdobramentos.

A discussão sobre a produção de “sentido” no pensamento vygotskyano encontra-se em uma pequena parte de *Pensamento e Linguagem*, uma de suas obras derradeiras (VYGOTSKY, 2001 [1934]). Em um dos textos dessa obra, *Pensamento e Palavra*, Vygotsky aponta o significado da palavra como unidade de análise da relação entre pensamento e linguagem. Vygotsky (2001 [1934], p. 398) ressalta que o significado da palavra está na interseção entre pensamento e linguagem:

Encontramos no significado da palavra essa unidade que reflete de forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem. [...] Não podemos dizer que ele seja um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento. A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. [...] Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno do discurso. [...] Do ponto de vista psicológico o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos. [...] Consequentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno do pensamento.

Também em *Pensamento e Palavra*, Vygotsky (2001 [1934]) insere a problemática do “sentido” para ratificar as particularidades da linguagem interior em relação à linguagem exterior, ilustrando isso com o argumento de que, na linguagem interior, há um predomínio dos sentidos sobre os significados da palavra. Valendo-se da definição do psicólogo Francês Frederic Paulham sobre a relação entre “significado” e “sentido”, Vygotsky (2001 [1934], p. 465) ressalta que:

[...] O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata.

Com efeito, essa definição proporciona que os “sentidos” sejam concebidos como acontecimentos semânticos particulares constituídos nas relações sociais onde uma gama de signos é posta em jogo, possibilitando a constituição de processos de singularização em uma trama de interações situada histórica e culturalmente (BARROS; PAULA; PASCUAL; COLAÇO; XIMENES, 2009). Logo, estabelecem-se novas possibilidades relativas à compreensão dos próprios processos de significação, que podem ser entendidos a partir da tensão entre zonas mais dinâmicas e zonas mais estáveis, os significados propriamente ditos, vistos como “apenas uma pedra no edifício dos sentidos” (VYGOTSKY, 2001 [1934], p. 465).

Bakhtin (2002) também traça diferenciações entre “significado” e “sentido”, as quais permitem que a problemática da produção de “sentidos” seja mais um ponto de convergência entre sua perspectiva e a de Vygotsky. O que Bakhtin chama de significado se refere ao significado abstrato e dicionarizado. Já o sentido “é o significado contextual que aparece no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* como tema [...]” (FREITAS, 1996, p. 136). Desta feita, cada enunciado se distingue não só por seu conteúdo, mas também por seu sentido.

Por seu turno, o entendimento sobre o “sentido” em Bakhtin se diferencia fortemente das possibilidades que o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista dispunham para tal. Por um lado, sob a ótica do objetivismo abstrato, em que a linguagem seria um sistema de normas imutáveis, o código linguístico seria o *locus* da produção de “sentidos”. Por outro lado, considerada a ótica do subjetivismo individualista, para o qual a língua se fundaria no indivíduo, a produção de “sentidos” ficaria a cargo de uma interioridade individual. Bakhtin (2002) também traça diferenciações entre “significado” e “sentido”, o que se configura como mais um ponto de convergência entre sua perspectiva e a de Vygotsky. O que Bakhtin chama de significado se refere ao significado abstrato e dicionarizado. Já o sentido “é o significado contextual que aparece no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* como tema [...]” (FREITAS, 1996, p. 136). Desta feita, cada enunciado se distingue não só por seu conteúdo, mas também por seu sentido.

Em contraponto a essas duas correntes filosófico-linguísticas, sob a vertente bakhtiniana, o “sentido” se constrói mediante as múltiplas interações alteritárias do sujeito com o mundo, nas quais acontecem fricções constantes entre aspectos verbais e extra-verbais da comunicação:

A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma fâsca elétrica que só se produz quando há contato de dois polos opostos (BAKHTIN, 2002, p. 132).

Dessa maneira, compreender a produção de “sentidos” a partir da aproximação das perspectivas de Vygotsky e Bakhtin serve como recurso analítico para a superação de cisões e dualismos interno-externo, social-individual, cognição-emoção, mente-corpo, bem como para afirmar que a formação social do ser humano é marcada por processos de criação e por constantes transformações qualitativas. A questão da produção de “sentidos”, nas perspectivas ora apresentadas, sugere vultosos desafios que tangenciam a investigação sobre a constituição subjetiva. Como afirma Góes e Cruz (2006, p. 43),

A proposição da gênese nas relações sociais torna-se mais complexa, pois o estudo das determinações da formação cultural do indivíduo deve admitir o jogo de forças unificadoras e dispersadoras dos processos coletivos de significação. [...]. Também nas teses sobre a internalização e a mediação social, é possível considerar que nem os outros dos encontros face a face nem os outros das inúmeras formas de vivência no grupo social são sujeitos “monossêmicos” e, portanto, a conversão de experiências intersubjetivas não consiste na transformação de algo semioticamente “estável”.

No próximo tópico, será abordada a questão da constituição de subjetividades a partir da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky e da teoria da enunciação de Bakhtin. Por isso, as próximas linhas apresentarão considerações já realizadas sobre os processos de mediação semiótica e de produção de “sentidos”.

A pessoa como uma forma de sociabilidade: elementos das perspectivas de Vygotsky e Bakhtin que subsidiam o debate sobre a subjetividade.

A incursão nas produções a respeito da temática da subjetividade indica que traçar tal debate não é tarefa fácil. Isso porque existe uma variedade de enfoques historicamente construídos sobre esse assunto que provem da reflexão filosófica, mas que atraí bastante o campo “psi”.

Uma breve reflexão histórica aponta que a discussão sobre subjetividade, assim como a noção de sujeito, é oriunda da Modernidade e, portanto, coincide com o momento histórico de constituição da psicologia como ciência (FIGUEIREDO, 1991). Esse momento caracterizou-se por consideráveis transformações sócio-político-econômicas relacionadas à constituição do modo de produção capitalista, as quais acarretaram a ascensão de uma nova concepção de mundo e de ser humano, uma vez que este passou a figurar como centro do universo.

No bojo do paradigma antropocêntrico e do modo de produção capitalista, o ser humano passou a ser concebido como produtor e consumidor de mercadorias, como indivíduo autônomo capaz de se assenhorar do seu destino (FIGUEIREDO, 1991). É nesse panorama que nasce a noção de sujeito como entidade a-histórica. Em que pese o fato de que a edificação da noção de sujeito moderno ter sido atravessada por aspectos econômicos e culturais, sua formulação teórica se deu por meio de consistentes aportes filosóficos. Assim sendo, o conceito moderno de sujeito teve como marco filosófico paradigmático as considerações de Descartes, especialmente no tocante ao *cogito*.

Na modernidade, por conseguinte, surge um modo naturalizado de pensar a subjetividade como uma experiência individual, privada e universal relativa a um sujeito apriorístico e soberano, imune, portanto, às transformações sociais que atravessam o cotidiano. Gonçalves (2001, p. 43) aponta, então, que o século XIX consolidou a concepção e a experiência da subjetividade interiorizada.

Contudo, ao mesmo tempo, esse período também foi marcado pela possibilidade de que tal noção de subjetividade sofresse fraturas notórias. Desta feita, em torno mais especificamente do final do século XIX, começaram a ascender diversas correntes que implicavam deslocamentos mais significativos em relação a noções hegemônicas na Modernidade, como a ideia de soberania do sujeito individual. Chauí (1997), inclusive, aponta Freud, Nietzsche e Marx como importantes pensadores que enveredaram por outros caminhos que não o da afirmação da soberania do indivíduo moderno: Freud, por conta de sua tematização sobre o inconsciente, na contracorrente do postulado de que a razão daria conta de explicar as determinações da ação humana; Nietzsche, em função de sua crítica à razão ocidental e à tradição metafísica; Marx, pelo fato de que suas ideias apontavam para a determinação sócio-histórica dos indivíduos.

Essa diversidade acena, destarte, para disputas entre valores contraditórios em torno da subjetividade, aqui entendida como signo polissêmico. Nada mais plausível, aliás, partindo da noção bakhtiniana de que os signos são arenas de luta. Então, frente a um cenário discursivo heterogêneo que caracteriza essa temática, parecem-me pertinentes as seguintes interrogações para o desenvolvimento das discussões deste artigo: de que maneira falar de sujeito e subjetividades a partir de outros matizes que não os hegemônicos na Modernidade? Mais precisamente, como os legados de Vygotsky e Bakhtin podem subsidiar debates sobre os processos de constituição de subjetividades?

Como afirmam Delari Junior (2000), Molon (2003) e Rey (2003), Vygotsky não tratou do tema da subjetividade explicitamente. Todavia, o assunto pode ser abordado na sua obra mediante a reflexão sobre o caráter social da condição humana e sobre como pode ser entendida essa origem social. Vygotsky (2000) anunciou uma visão de ser humano que provocou mudanças radicais na psicologia das primeiras décadas do século XX, na medida em que deslocou o foco de interesse da investigação sobre o psiquismo para o plano culturalmente constituído da sociabilidade humana. Isso fica claro no seguinte trecho de um de seus manuscritos, escrito em 1929:

Antes era pressuposto: a função existe no indivíduo em forma pronta, semi-pronta ou embrionária – no coletivo ela exercita-se, desenvolve-se, torna-se mais complexa, eleva-se, enriquece-se, freia-se, oprime-se, etc. Agora: função primeira constrói-se no coletivo em forma de relação (VYGOTSKY, 2000, p. 29).

Em razão de se apoiar na dialética marxista e nas reflexões sobre os processos de mediação simbólica, Vygotsky (2000, p. 33) assim respondeu à indagação sobre o que é o ser humano: o ser humano é o “conjunto de relações sociais, encarnado no indivíduo”. Logo, um eixo que perpassa a abordagem vygotskyana relativa aos processos de mediação simbólica é o lugar de destaque da alteridade na constituição de singularidades, o que põe em xeque a polaridade indivíduo-social. Esse eixo está claramente presente quando Vygotsky (2000, p. 24-25) escreve que “a relação entre as funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas. Eu me relaciono comigo tal como as pessoas se relacionam comigo”.

Ao considerar a dialeticidade Eu-Outro na constituição do ser humano, a expressão “Homo Duplex”, utilizada em 1929, em “A psicologia Concreta do Homem” (VYGOTSKY, 2000), serve de metáfora para reiterar que, em sendo as funções psicológicas produzidas *por* e *em* relações sociais, a pessoa é uma unidade de múltiplas relações que continuam operando no seu funcionamento singular, ainda que diferentemente das dinâmicas interpessoais. É nessa noção de pluralidade e heterogeneidade que Vygotsky (2000) se pautou para produzir fraturas na concepção moderna de “indivíduo”, ao lançar mão da expressão “pessoa social”.

Molon (2003, p. 69) assinala que o sujeito sobre o qual versa a perspectiva histórico-cultural de desenvolvimento do psiquismo não se trata de uma entidade abstrata, mas sim de um sujeito historicamente erigido. Além disso, conforme Sirgado (2000) e Molon (2003), ganha coerência o argumento de que a concepção de sujeito desenvolvida por Vygotsky remete mais a uma multiplicidade que a uma unidade concernente à ideia tradicional de “sujeito psicológico”.

De modo semelhante à perspectiva histórico-cultural, para Bakhtin (2002) o sujeito também se constrói em tramas relacionais. De acordo com Brait (2005), a noção bakhtiniana de sujeito está intimamente imbricada ao fato de Bakhtin considerar a linguagem uma prática social eminentemente dialógica:

Essa noção de sujeito [relacional e ativo] implica, nesses termos, pensar o contexto complexo em que se age, implica considerar tanto o princípio dialógico – que segue a direção do interdiscurso, constitutivo do discurso, mas não se esgota aí -, como os elementos sociais, históricos, etc. que formam o contexto mais amplo do agir, sempre interativo (que segue a direção da polifonia, isto é, da presença de várias “vozes”, vários pontos de vista no discurso, que naturalmente podem ser escamoteados, embora não deixem de estarem presentes) (BRAIT, 2005, p. 23).

Coerentemente com o pensamento de Vygotsky referente à mediação simbólica, sobretudo nos esboços reunidos em *Psicologia Concreta do Homem* (VYGOTSKY, 2000), as reflexões de Bakhtin (2002, p. 59) sobre a dialogia também reiteram que a dialeticidade das vidas “interior” e “exterior” se renova e se efetiva em toda enunciação, já que “em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de decodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica” (BAKHTIN, 2002, p. 66).

Portanto, também para Bakhtin (2002, p. 59), a própria pessoa pode ser vista como uma forma de sociabilidade:

Todo produto da ideologia leva consigo o selo da individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas. Assim, todo signo, inclusive o da individualidade, é social. [...] Nesse sentido, meu pensamento, desde sua origem, pertence ao sistema ideológico e é subordinado a suas leis.

A problematização em torno da dicotomia individual-social e a decorrente concepção de ser humano como forma de sociabilidade qualitativamente diferenciada requer um importante esclarecimento. A partir de Vygotsky (1999) e de Bakhtin (2002), vem à tona uma noção de “social” que não se restringe à noção de “coletivo” e que igualmente se distingue de um estrato objetivo determinante da pessoa.

Certamente, Vygotsky foi um dos teóricos que teceu uma das mais contundentes críticas às correntes de psicologia social do início do século XX que entendiam que só o que era “coletivo” era “social”. Em sua obra *Psicologia da Arte*, Vygotsky (1999) propõe que a noção de “social” seja ampliada de modo a englobar não só os processos que se dão no plano interpessoal, como as interações grupais, mas também aqueles que ocorrem no âmbito intrapessoal. É o que o seguinte trecho ilustra:

A psicologia social não marxista entende o social de modo grosseiramente empírico, necessariamente como multidão, coletivo, relação com outros indivíduos. A sociedade é aí entendida como reunião de pessoas e condição suplementar da atividade de um indivíduo. Esses psicólogos não admitem a ideia de que, no movimento mais íntimo e pessoal do pensamento, do sentimento, etc..., o psiquismo de um indivíduo particular seja efetivamente social e socialmente condicionado (VYGOTSKY, 1999, p.14).

Assim, para Vygotsky e também para Bakhtin, o vocábulo “social” parece fazer referência tanto a relações dinâmicas de constituição histórica da condição humana, quanto ao modo de operação peculiar dessa condição, qual seja, a operação mediada por signos, especialmente pela linguagem. Dessa forma, a noção de que o “social” designa relações alteritárias, assim como operações simbolicamente mediadas e historicamente constituídas, confere legitimidade à premissa de que a própria pessoa é um dos modos de ser das relações sociais, ao invés de uma entidade auto-centrada.

Portanto, considerando as reflexões vygotksyanas e bakhtinianas, é precisamente a operação com signos que possibilita a conversão das relações sociais entre pessoas em funções intrapessoais (SIRGADO, 2000), permitindo que, nessa conversão, o relacionamento consigo continue a figurar no rol das diferentes formas de sociabilidade. As considerações sobre a linguagem que são provenientes da teoria da enunciação e da perspectiva histórico-cultural oportunizam, enfim, a discussão acerca da condição humana sem a atualização da tradicional dicotomia entre objetividade e subjetividade. Isso porque os signos são concebidos como um produto social capaz de assinalar realidades objetivas, assumindo a condição de construção subjetiva compartilhada por diferentes sujeitos e também uma construção subjetiva individual que se realiza por processos de apropriação de significações correntes nas práticas sociais ou, de acordo com Sirgado (2000), por processos de conversão das relações sociais compartilhadas em funções pessoais.

Conclusão

O (entre) lugar da subjetividade à luz de aproximações entre a perspectiva histórico-cultural e a teoria da enunciação.

A ênfase na constituição social da condição humana e a concepção de “social” como “relação”, a partir de Vygotsky e Bakhtin, sugerem algumas ressonâncias às reflexões em Psicologia, na contemporaneidade. Dentre elas, destaca-se o tema da constituição de subjetividades, na medida em que os efeitos de sentido da noção de “social” decorrentes das aproximações entre os autores russos permitem pensar a formação subjetiva como “drama” (VYGOTSKY, 2000), isto é, como tensão constitutiva deflagrada em cada pessoa e nas interações sociais, em razão do dinamismo característico da relação Eu-Outro.

Por meio da discussão teórica desenvolvida ao longo do teórico, tentou-se endossar a tese de que a subjetividade não se encontra circunscrita ao “indivíduo”, mas sim na interface entre processos inter e intrapsicológicos. Assim sendo, as reflexões de Vygotsky e Bakhtin são proíficas para que a constituição subjetiva seja abordada sem que se recaia na dicotomia social e individual. Com base nas discussões de Vygotsky relativas à mediação semiótica e nos apontamentos de Bakhtin sobre o princípio dialógico da linguagem, pelo menos duas importantes reverberações ao debate sobre a constituição de subjetividades merecem destaque.

A primeira é a de que tais considerações oportunizam pensar que “social” e “individual” não são blocos estanques e impermeáveis. Vygotsky (1999, p. 14), inclusive, já no início de sua curta trajetória intelectual, realçava que o “movimento mais íntimo e pessoal do pensamento, do sentimento, etc., do psiquismo de um indivíduo particular seja efetivamente social e socialmente condicionado”.

Já a segunda implicação é a de que a constituição social da subjetividade não corresponde a uma transposição mecânica de situações “externas” a situações “internas”, fato que homogeneizaria todos aqueles que compartilham de uma mesma trama de relações em um determinado contexto. Sobre isso, Vygotsky (1999, p. 17-18) escreve: “tudo em nós é social, mas isto não quer dizer, de modo algum, que as propriedades do psiquismo do indivíduo particular sejam, em sua totalidade absoluta, inerentes a todos os demais integrantes de dado grupo”.

No viés ora destacado, a alteridade é alçada à condição de questão crucial dos processos de constituição subjetiva, delineando um cenário de significações marcado por agitações, conflitos, reciprocidades, mutualidades e transformações incessantes (SIRGADO, 2000; MOLON, 2003). Logo, essa abordagem equivale a conceber a subjetividade como um processo socialmente construído por composições advindas de tensões entre elementos de convergência e divergência, semelhanças e diferenças, aproximação e afastamento em relação ao Outro.

Nessa mesma linha histórico-cultural, Delari Junior (2000) advoga, em diálogo com Guattari (1992), que a subjetividade concerne a um conjunto heterogêneo de condições que possibilitam que instâncias individuais e/ou coletivas possam emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade também subjetiva. Tal como frisa Molon (2003, p. 119), “a subjetividade não pode ser confundida nem com os processos intrapsicológicos nem com os processos interpsicológicos, mas é através dela e nela que se processa a dialética da relação interpsicológica e intrapsicológica”. Devido a isso, é cabível a ratificação de que o lugar da subjetividade nessa perspectiva não é o lugar do “interior”, mas um “entre lugar” entre o público e o privado, sendo a linguagem um amálgama entre ambos.

Nesse viés teórico, a subjetividade constituiria um espaço de interconstituição entre pessoa e contexto, visto que, como aponta Bakhtin (2002, p. 49),

[...] o psiquismo subjetivo localiza-se no limite do organismo e do mundo exterior, vamos dizer, *na fronteira* dessas duas esferas da realidade. É nessa região limítrofe que se dá o encontro entre o organismo e o mundo exterior, mas este encontro não é físico: *o organismo e o mundo encontram-se no signo*.

A partir dessas discussões realizadas ao longo do artigo, tem-se que as interlocuções com Vygotsky e Bakhtin são um caminho promissor para que a subjetividade seja concebida como um processo permanente de produção. Nesses termos, tal como conclui Delari Junior (2000, p. 46), a subjetividade passaria “a ser vista antes como uma ‘usina’ de interpretação e, portanto, de produção de sentidos”. Nessa mesma direção, Rey (2005, p. 33) define a subjetividade precisamente como “um sistema de produção e de organização de sentidos”. Dessa forma, segundo esse autor, a subjetividade “teria como unidade central as configurações de sentido que integram o atual e o histórico em cada momento da ação do sujeito nas diversas áreas de sua vida” (REY, 2005, p. 35).

Assim, a articulação entre Bakhtin e Vygotsky sobre o tema da subjetividade acena para a perspectiva de que sua constituição se dá a partir de processos mediados e dialógicos. Aliás, na medida em que sua constituição envolve relações e composições de sentidos, a própria subjetividade pode ser pensada como polissêmica e polifônica, o que implica considerar que sua constituição se dá em meio a tensões que permeiam o jogo entre estabilidade e instabilidade.

Sobre o artigo

Recebido: 29/12/2011

Aceito: 20/04/2012

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002.

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARROS, J.P.P.; PAULA, L.R.C.; PASCUAL, J.G; COLAÇO, V.F.R; XIMENES, V.M. O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, n.21, v.2, p. 174-181, 2009.

BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

CHAUÍ, M. S. **Um convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

COLAÇO, V. F. R. **Interações em sala de aula: um estudo da atividade discursiva de crianças em séries iniciais**. 2001, 288f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DELARI JUNIOR, A. **Consciência e Linguagem em Vygotsky: Aproximações ao Debate sobre a Subjetividade**. 2000, 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do conhecimento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREITAS, M.T.A. **Vygotsky e Bakhtin. Psicologia e Educação: um intertexto**. São Paulo: Ática, 1996.

GOES, M. C. R; CRUZ, M.N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vygotsky. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 17, 31-45, 2006.

GONÇALVES, M.G.M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B. (org.) **Psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-52.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

JOBIM E SOUZA, S. **Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. Campinas: Papirus, 1994.

MOLON, S. I. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORATO, E. M. Vygotsky e a perspectiva enunciativa da relação entre linguagem, cognição e mundo social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 149 – 165, 2000.

PINO, A. O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. **Cadernos CEDES**, Campinas, n.24, v.1, p. 32-43, 1991.

REY, F. L. G. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson, 2003.

_____. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In: _____. **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Thompson, 2005. p. 27-52.

SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vygotsky. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 21, v. 71, p. 45-78, 2000.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de rede de significações. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S; SILVA, A. P. S & CARVALHO, A. M. A. (orgs.). **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004, p. 35-49.

SMOLKA, A. L. B; LAPLANE, A.L.F. Processos de Cultura e Internalização. **Revista Viver-mente e cérebro** (Coleção Memória da pedagogia – VYGOTSKY). São Paulo, Duetto Editora, n.2, p. 77-83, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Obras Escogidas, Tomo III** [1931]. Madrid: Visor, 1995.

_____. O significado histórico da crise da psicologia [1927]. In: _____. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 257-407.

_____. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 21, v. 71, p. 23-44, 2000.

_____. **A construção do Pensamento e da Linguagem** [1934]. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

____. **El Instrumento y el signo en el desarrollo del niño.** Madrid: Fundación Infancia y aprendizaje, 2007.